

# Radicalismo nefasto

*Vassouras*

**D**e tão repetida, a verdade já se tornou lugar-comum: se não investir decididamente em educação, o Brasil ficará à margem da História no mundo altamente competitivo da economia globalizada. No novo cenário que se consolida na virada do século, a seleção natural se fará, basicamente, pelo nível de educação. Infelizmente, os governantes fluminenses têm custado a acordar para essa realidade.

Prova disso é a crise nas escolas públicas estaduais, que se arrasta há anos sem solução à vista. Legado de sucessivos governos míopes, há poucas esperanças de que seja resolvida pelo atual.

Em matéria de ensino público, o Governo Marcello Alencar ainda não manifestou qualquer intenção de começar a reconstruir o que o Governo Brizola acabou de desmontar.

A longa greve que está deixando alunos de Primeiro e de Segundo Graus fora das salas de aula é sinal de que não se avançou um passo sequer. Negando-se a encarar o problema com seriedade e energia, as autoridades estaduais continuam a contribuir, nefastamente, para a receita infalível de atraso.

A revolta dos professores, que poderia ser uma força positiva de mudança, acaba agravando a situação.

Ela conta certamente com a solidariedade popular, pois não há quem não esteja do lado dos professores em sua luta por reconhecimento profissional e por condições dignas de tra-

lho.

Num setor onde a dedicação é ingrediente básico, não se pode falar em iniciar uma reforma, ou um programa de aperfeiçoamento, sem que haja uma revisão da política salarial. É óbvio que os salários, historicamente aviltados, têm relação com a má qualidade do que é transmitido nas salas de aula.

Mas os professores, melhor que ninguém, deveriam reconhecer e respeitar um importante limite: por mais adversas que sejam as condições, por mais acalorada que seja a disputa, os alunos não podem ser mais prejudicados do que têm sido.

Tudo se justifica em nome da melhoria do ensino. Mas é inadmissível qualquer coisa que resulte em prejuízo para o aluno, razão de ser do sistema.

Foi infeliz o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação ao declarar que as aulas não serão repostas se a secretária de Educação, Ana Galheigo, cumprir a ameaça de cortar o ponto dos professores grevistas.

A declaração só faz sentido como tática de greve; levada à prática, seria desastrosa. Deixar de repor as aulas mostraria, em primeiro lugar, que os professores perderam de vista o objetivo que dá legitimidade a sua luta. Seria também uma dura punição adicional para os 978 mil alunos de Primeiro e Segundo Graus que estão sem aulas em todo o estado por conta da paralisação. Governo estadual e professores devem, portanto, refletir sobre as graves consequências do seu diálogo de surdos.

## OUTRA OPINIÃO

## Negociação já

ALCEBÍADES TEIXEIRA

**P**or que o Rio de Janeiro tem hoje a maior inflação do país, como noticiado pela imprensa? Porque a Assembléia Legislativa aprovou, em dezembro passado, mensagem do governador aumentando as alíquotas do ICMS. Qual foi o argumento utilizado pelo chefe do Executivo para convencer os deputados de uma medida que pune a população? Está escrito na mensagem datada de 27 de dezembro de 1997, as novas alíquotas do imposto, ao produzirem R\$ 837 milhões/ano de arrecadação adicional, cobriam a perda de receita proveniente do Fundef e ainda permitiriam dar o aumento da educação, previsto na mesma mensagem com o valor de R\$ 493 milhões/ano.

Entretanto, os abonos concedidos agora, em meio à greve (R\$ 164,08 ao professor e R\$ 50 ao funcionário da escola), somarão um custo de R\$ 108 milhões/ano apenas. Só podemos concluir que o governador agiu de má-fé. Aumentou o custo de vida, enganou a população, o Legislativo e os profissionais de educação, em especial os aposentados que nada receberão. Aliás, esta é uma exclusão cruel, pois já provamos que existem recursos de sobra para arcar com tal despesa. Não é por acaso que ninguém do Governo vem a público refutar nossos números do ICMS.

A greve é forte graças, em parte, ao Governo que prometeu desde setembro passado — promessa testemunhada por rádios e jornais — um salário de R\$ 600. A greve é longa por incompe-

tência de autoridades que sequer tentaram negociar com a categoria a transformação deste abono em piso salarial, assim como sua extensão para os aposentados, iniciativas que certamente acelerariam o fim da greve.

Recentemente, a secretária de Educação, professora Ana Galheigo, ameaçou pais e responsáveis com a reprovação de seus filhos: foi uma atitude insensível, que aprofunda a intranquilidade e lança mão do terrorismo. Só temos a lamentar. Mas cobraremos da secretária o que será feito com os alunos que terminarão o ano letivo de 1998 sem aulas de química, física, geografia, matemática, não porque existe uma greve, mas porque várias escolas não têm estes professores. A secretaria também deve advertir o governador para o fato de que um sério projeto de reposição ficará irremediavelmente inviabilizado, caso ele despreze os dias de greve. Baixos salários são uma coisa, trabalho sem remuneração é outra, que tem por nome escravidão.

Queremos negociar. Sempre quisemos. Mas, após 39 dias de greve, não tivemos um encontro sequer com o governador. Não tivemos uma audiência sequer com a secretária de Educação. Ordem expressa do chefe do Executivo: não negociar jamais, em hipótese alguma.

Menos ameaças, mais gestos de respeito e negociação. É disto que a escola pública precisa. Seus profissionais, alunos e pais, desde já, agradecem.

A greve  
é forte  
graças,  
em parte,  
ao Governo...

ALCEBÍADES TEIXEIRA é diretor do Sepe/RJ.